

Supercpacote para reduzir ²²⁵taxas

UGO BRAGA*

BRASÍLIA — Em meio a um pacote de 21 medidas para baixar a taxa de juros cobrada dos consumidores, o governo reduziu ontem, de 6% para 1,5% ao ano, a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre operações de empréstimo para pessoas físicas. A medida entra em vigor na segunda-feira.

A redução do IOF foi definida depois de uma disputa entre o Banco Central (BC) e a Receita Federal. Após cinco meses de estudos, os técnicos do BC chegaram à conclusão de que a cunha fiscal sobre a intermediação financeira encarece o crédito no Brasil.

De acordo com o estudo feito pelo BC, os impostos diretos e indiretos representam 25% do *spread* bancário, que é a diferença entre as taxas de captação e de empréstimo praticadas pelos bancos. O BC chegou a recomendar IOF zero para as pessoas físicas. Como o imposto já rendeu R\$ 4,1 bilhões ao Tesouro Nacional neste ano, decidiu-se por uma queda menor. “O IOF tem que voltar a ser um imposto essencialmente regulatório”, defendeu o diretor de Pesquisa Econômica do BC, Sérgio Werlang.

Aplicação imediata — Só cinco das 21 medidas do pacote anti-juros entrarão em vigor imediatamente. As outras dependem de negociações no Congresso e definições políticas do Palácio do Planalto. “Acho que as propostas entrarão em vigor inteiramente daqui a um ano a um ano e pouco”, disse o presidente do BC, Armínio Fraga.

“Não é razoável esperar crescimento econômico com um processo de intermediação financeira como o nosso. Essas medidas terão impacto tanto sobre o volume da poupança quanto no nível de investimento”. Para reduzir os juros para o tomador final o governo vai abrir mão de R\$ 700 milhões de receita com o IOF, segundo informou Armínio Fraga. Esse valor pode ser menor se houver um aumento no volume de empréstimos do sistema financeiros.

No Brasil, a taxa básica fixada pelo BC é de 19% ao ano atualmente. Já os juros cobrados pelos bancos chegam a 178% ao ano (em operações de cheque especial). A diferença entre uma e outra, acima de 500%, é o alvo do BC. “Espero que o *spread* chegue ao nível internacional, onde não se pagam taxas acima de dois dígitos”, frisou Fraga. Nos Estados Unidos, por exemplo, a taxa do cheque especial, que já é considerada alta, está em torno de 14% a 15% ao ano.

O presidente do BC lembrou que, lá, a taxa histórica real (descontada a inflação) de retorno do capital investido em ações de empresas é de apenas 6% ao ano. Aqui, atinge 62% no caso do CDB. Segundo o estudo feito pelo Banco Central, a taxa média de captação de um CDB para 17 grandes bancos no Brasil é 21% ao ano. Já o custo do tomador do empréstimo chega a 83%.

O pacote para baixar o juro ao consumidor foi lançado no Palácio do Planalto, com a presença dos presidentes da República e do Congresso, de toda a equipe econômica, de alguns deputados e senadores, além de muitos técnicos do próprio Banco Central. Mas havia poucos empresários — só os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Eduardo Moreira Ferreira, e da Associação Nacional das Instituições Financeiras, Cristiano Franco Neto.

Armínio Fraga explicou que a baixa das taxas ao consumidor vai impulsionar o crédito no país. E que tal efeito induzirá a atividade econômica. “Isto é bom porque, no meu entendimento, o país está tecnicamente capacitado para entrar num processo de crescimento sustentado”, disse Fraga. Ele destacou que as medidas vão melhorar a qualidade da política monetária a longo prazo.

Programa para baratear o custo do dinheiro

FH acha que novas regras vão reativar a economia e diminuir as taxas de desemprego.

“Não há milagre nessa matéria. Eu nunca fui camelo de ilusões”

Entre as principais medidas propostas pelo governo para a redução dos juros ao consumidor final estão:

Pagamento de dívidas
BC quer mudar legislação para que dívidas questionadas na Justiça continuem sendo pagas mesmo antes da setença do juiz. Só o pagamento dos juros seria suspenso.

Juros sobre juros
Proposta é alterar a redação da lei

comercial para deixar claro que a cobrança de juros compostos (juros sobre juros) é legal no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

Negativação
BC planeja mudar a redação da legislação, tornando claro que a inclusão de pessoas físicas nas centrais de crédito (DPCs, Serasa, tele-cheques) não constitui constrangimento ilegal, exceto em casos em que a pessoa física não esteja inadimplente.

O QUE JÁ ESTÁ EM VIGOR

COMPULSÓRIOS
BC reduziu de 10% para 0% o valor dos depósitos compulsórios sobre os depósitos a prazo recebidos pelos bancos. A diretoria estuda nova redução, desta vez nos compulsórios sobre os depósitos à vista, para os próximos dias.

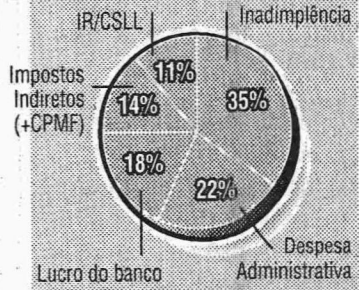
CHEQUE ESPECIAL
Idêntica à medida de estímulo à concorrência. Bancos enviarão dados sobre a taxa de juro do cheque especial e o BC divulgará o ranking. A partir do dia 5 de novembro.

IOF
Ministério da Fazenda editou portaria baixando o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) das pessoas físicas de 6% para 1,5%. Redução entra em vigor na segunda-feira.

JUROS E SPREAD BANCÁRIOS NO BRASIL

Média geral dos 17 bancos da amostra

COMPOSIÇÃO DO SPREAD* DOS BANCOS

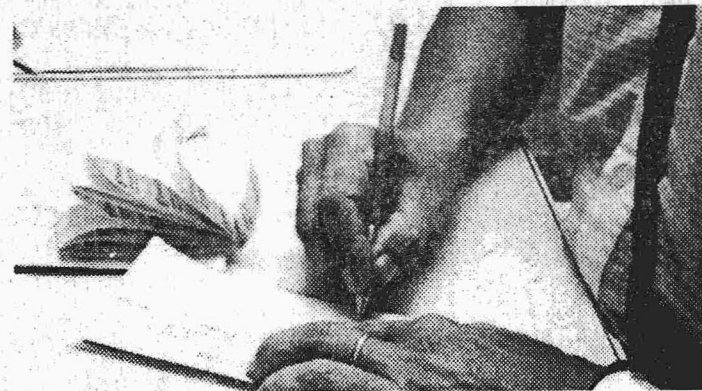


COMPOSIÇÃO DO RISCO DO CHEQUE ESPECIAL



*Spread é a diferença entre duas taxas: a que o banco cobra do tomador e a que ele paga a instituição da qual captou o dinheiro

COMO FICA A SITUAÇÃO DOS DEVEDORES



Arquivo JB



Isamar Ingber - 23/7/98

Exemplo 1: Cheque especial

- Com a redução do IOF, o cliente que utiliza o serviço de cheque especial poderá pagar, mensalmente, encargos menores sobre o valor utilizado.
- Se no 1º dia útil do mês a dívida for de R\$ 1.000,00 — considerando-se uma taxa de juros de 10% ao mês mais o IOF de 1,5% —, o valor a ser pago no 1º dia útil do mês seguinte seria de R\$ 101,25.
- Com o IOF atual, de 6%, os encargos mensais ficam em R\$ 105,00. A economia, nesse caso, ficaria em R\$ 3,75.

Fonte: José Dutra Vieira Sobrinho, professor de Matemática Financeira

Exemplo 2: Cartão de crédito

- O usuário de cartão de crédito que financiar no rotativo também poderá ser beneficiado com a redução do IOF.
- Se a dívida com a administradora do cartão for de R\$ 500,00 — levando-se em conta uma taxa de juros de 12% ao mês mais o IOF de 1,5% —, o valor mensal a ser pago seria de R\$ 60,63.
- A economia em relação aos R\$ 62,50, valor pago no caso do IOF atual de 6%, seria de R\$ 1,87.